

PROPOSTA DE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DE VIAMÃO

O MUNICÍPIO

(Síntese histórica e informativa)

Já se passaram quase trezentos anos desde que os primeiros portugueses aportaram como moradores nas terras do nosso município, anteriormente ocupadas por índios mbyá-guaranis e kaingangs.

De 1763 a 1773 fomos sede do governo dos gaúchos, ainda que a data de elevação à categoria de vila e desmembramento de Porto Alegre seja 11/06/1880.

Viamão faz parte da Região Metropolitana de Porto Alegre, possui área de 1.494,3 Km², população de 240.302 habitantes. Destes, 94% constituem população urbana e somente 6% população rural.

Da população total do município há uma estimativa que aproximadamente 94.000 sejam jovens com menos de 20 anos de idade.

A população tem crescido conforme mostram os dados a seguir: No ano de 1980 eram 117.756 habitantes; em 1991 passou para 180.570; em 2000 para 227.439; em 2010 para 239.384 e em 2011 para 240.302.

A renda per capita do município é de 253,874 R\$ e o município está colocado no lugar 131 no ranking por unidade da federação e 418 no ranking nacional.

O VAB (Valor Agregado Bruto da Agropecuária) é de 5,88, o VAB da Indústria é de 21,15 e o VAB de Serviços é de 72,96.

O déficit habitacional do município é de mais de 3.500 unidades habitacionais com mais de 33.000 moradias consideradas inadequadas.

A seguir o resumo de outros dados importantes, segundo a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul - FEE:

- Densidade Demográfica (2010): 160,2 hab/km²
- Taxa de analfabetismo (2010): 4,19 %, com mais de 7.500 pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever.
- Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 75,02 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010): 12,26 por mil nascidos vivos
- O município tem nota IDSUS de 5,25 para atenção básica em saúde (acesso potencial ou obtido) o que o coloca entre os 50 piores do estado.
- PIB pm (2008): R\$ mil 1.728.600
- PIB per capita (2008): R\$ 6.704.

Desde 2003, o município é constituído de 8 distritos: Viamão, Águas Claras, Capão da Porteira, Espigão, Itapuã, Passo da Areia, Passo do Sabão e Viamópolis.

INTRODUÇÃO

Queremos vencer as eleições municipais em 2012 para governar o Município de Viamão, com o objetivo de implementar políticas públicas que alterem nossa realidade para um novo patamar de desenvolvimento econômico e social.

Não estamos satisfeitos com a atual situação em que vive a maioria de nossa população e entendemos que o governo municipal não está fazendo tudo o que é possível fazer para mudar para melhor nossa realidade.

Nossa população continua sofrendo com a falta de oportunidades de ocupação e renda, decorrentes da ausência de planejamento para o desenvolvimento do município por parte de seus dirigentes, tendo como consequência a baixa qualidade de vida de grande parte da população, que sofre por ter moradia em situação precária e serviços públicos ruins, especialmente nas áreas de saúde, segurança, saneamento básico, transporte e infraestrutura em geral.

Por falta de planejamento e iniciativa do governo municipal é que continuamos com a maioria absoluta de nossos trabalhadores buscando emprego fora do município e com a denominação de cidade dormitório.

Por falta de políticas de desenvolvimento não temos aproveitado para atrair empresas, para melhorar nossa produção agropecuária, para potencializarmos o uso do Porto de Itapuã, do Parque de Itapuã, da RS 118 e de alguns de nossos distritos que por abandono e falta de perspectiva tem sonhos de independência.

Por falta de planejamento e projetos não cuidamos devidamente do centro histórico do nosso município. Valorizamos muito pouco nossa história e cultura. Não fazemos uso adequado dos recursos que compõe nosso patrimônio natural e histórico-cultural e não exploramos seu potencial turístico para gerar renda e ocupação.

Nós queremos vencer as eleições para mudar essa história de mais de 200 anos de falta de planejamento e projetos de desenvolvimento e economia estagnada ou de baixo crescimento.

Mas para mudar não basta vencer as eleições. É indispensável ter projetos de mudança e condições de governabilidade para executá-los.

Governabilidade que buscamos na parceria com outros partidos políticos e especialmente na conquista do apoio da sociedade civil organizada e nos cidadãos viamonenses que estiverem dispostos a assumir junto conosco as mudanças que defendemos.

Queremos a parceria de outros partidos para governarmos juntos e termos o apoio necessário na Câmara de Vereadores para o Plano de Governo, cujo esboço estamos apresentando e discutindo com um grupo de técnicos e pessoas de diferentes áreas de atuação e queremos ver debatido, melhorado e aprovado pelo conjunto dos partidos e de instituições da sociedade civil organizada de nosso município.

Queremos governar o município com uma ampla coligação de partidos, com o compartilhamento real do poder que inclua a sociedade, e que signifique um projeto político-administrativo que leve em conta a complexidade dos atores e suas diferenças. Que fará, pelo diálogo e com respeito aos parceiros, a formação de uma grande rede de cooperação para a governança e a governabilidade. Essa visão deve, inclusive, servir para que Viamão eleja deputado estadual e federal comprometidos com o plano de desenvolvimento que ora estamos construindo, para que sejam nossos articuladores estratégicos junto aos governos estadual e federal.

Vamos qualificar a administração pública com a escolha de pessoas competentes para atuarem à frente das secretarias e órgãos da administração municipal e nos utilizarmos dos mecanismos de participação popular como suporte ao desenvolvimento de políticas públicas capazes de unirem os interesses da população com a administração municipal, na busca da superação das dificuldades que hoje nos assolam.

Teremos bons projetos não só para priorizar o uso dos recursos públicos municipais, mas também para buscar apoio e recursos no governo Estadual e Federal e em instituições não governamentais privadas ou comunitárias que possam ser nossas parceiras.

Apenas com esta forma de governar e um plano de desenvolvimento articulado e focado na resolução dos problemas reais do nosso município, poderemos promover a melhoria das condições de vida de nossa sociedade, especialmente daqueles segmentos que se encontram na base da pirâmide social.

Nosso projeto político visa criar um ambiente de confiança, união e cooperação em torno de melhorias sociais e para isso devemos contar com a criação de Conselho Municipal de Desenvolvimento, onde terão representação os partidos de sustentação do governo, mas também os responsáveis pelos projetos de desenvolvimento e representantes da sociedade civil e suas organizações empresariais e de trabalhadores.

Adotaremos ferramentas de gestão que nos permitam conquistar o equilíbrio das contas públicas e implantar uma administração baseada em eficiência e transparência das ações da prefeitura e para isso, se for necessário, reduziremos a estrutura de cargos e funções hoje existentes.

Vamos arrecadar com eficiência, investir no que é prioritário, combater todas as formas de desperdício e de desvio do dinheiro público, tendo como objetivo maior de nossa administração o desenvolvimento de Viamão para alavancar a melhoria da qualidade de vida dos viamonenses.

A implementação do novo modelo de gestão deve servir para dar sentido ao conceito de territorialidade e transversalidade que as ações de governança ensejam.

Nosso Plano de Governo sintetiza o município que queremos na nossa visão de futuro. Um município com uma gestão pública democrática, responsável, eficiente e transparente, com um governo municipal parceiro e cooperativo para o enfrentamento dos problemas do município, socioambientalmente sustentável e economicamente empreendedor.

VISÃO SOBRE OS PRESSUPOSTOS BÁSICOS PARA UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO E UM PROGRAMA DE GOVERNO.

DESENVOLVIMENTO SEGUNDO O MODELO IDEOLÓGICO DA SOCIAL DEMOCRACIA

Uma nova abordagem sobre desenvolvimento não deverá apenas gerar crescimento econômico, mas deve tornar seus benefícios equitativamente disponíveis e tornar possível às pessoas participarem nas decisões que afetam suas vidas. No seu âmago, o desenvolvimento precisa ser sobre a melhora do bem-estar humano, pela eliminação da

fome, das doenças, da ignorância e da disponibilidade de ocupação para todos. O desenvolvimento pode ser reconhecido como tarefa mais importante de nosso tempo e precisa, segundo Boutros Gahli (1995), ser visto nas diferentes dimensões que o constituem.

PRESSUPOSTOS BÁSICOS PARA UMA PROPOSTA SOCIAL-DEMOCRATA DE DESENVOLVIMENTO

1 - Uma proposta para uma Política de Desenvolvimento Social Democrata incorpora em sua essência, a melhora do bem-estar humano, pela eliminação da fome, doença, ignorância e pela criação da oferta de emprego para a maioria da população.

2 - Uma proposta de Política de Desenvolvimento Social Democrata pode ser reconhecida como a tarefa mais importante de nosso tempo, e precisa ser vista através de suas diferentes dimensões:

- Paz Social como fundamentação;
- Economia como motor gerador do progresso econômico;
- Proteção Ambiental como base da sustentabilidade;
- Justiça Social como pilar da sociedade humana;
- Democracia como base de governo.

3 - A proposta para uma Política de Desenvolvimento Social Democrata, para que seja sustentável, deverá estar assentada sobre a acumulação de capital físico, capital humano, capital institucional e capital ambiental.

4 - O Estado através de seus diferentes níveis, nacional, regional e local, precisa liderar e facilitar um processo, em que seja dada prioridade ao direito e a justiça social, dentro da estrutura de uma economia social de mercado.

A ênfase deve ser dirigida às ações que promovam o desenvolvimento humano. Saúde, segurança, educação, moradia, bem estar social, justiça e proteção ambiental, são áreas nas quais, a ação governamental é necessária e insubstituível.

5 - Uma Política de Desenvolvimento Social Democrata, para que seja sustentável precisa ser compatível com a proteção do ambiente. Deve representar a decisão de uso cauteloso e avarento de matérias primas, de recursos de água, de energia, do solo, florestas, da biodiversidade, do espaço físico territorial, do consumo e atividades de lazer. E deve, sobretudo, assegurar a manutenção, no longo prazo, das funções potenciais da natureza.

6 - Uma Política de Desenvolvimento Social Democrata, estará voltada para implementação de uma economia social de mercado, que é um modelo de política econômica, que faz com que o interesse individual, combine com o equilíbrio social, e a proteção ambiental, e que possibilite, com que as forças de mercado, operem no interesse de objetivos sociais e ambientais.

Recomendações:

1 - Planos de desenvolvimento regionais e locais, na visão social democrata, devem estar baseados em uma análise das vantagens competitivas da produção e obtenção de bens a nível intrarregional e extrarregional. Estas vantagens precisam ser detalhadamente caracterizadas, analisadas e associadas, para complementar seus interesses econômicos comuns. A realização das vantagens competitivas conduz necessariamente a um incremento nos ganhos de bem estar em conjunto, e assegura sustentabilidade através da manutenção de diferentes especializações e consequente fluxo econômico de recursos na região como um todo.

2 - O planejamento regional é uma ferramenta indispensável para a promoção do desenvolvimento, porque possibilita a integração de um enfoque mais econômico de nível nacional, com o planejamento mais físico, e de uso dos recursos da terra, tipicamente municipal. É na escala municipal, que melhor se consegue inicialmente traduzir, uma política de desenvolvimento, em sua forma física e aplicada.

3 - As políticas municipais de desenvolvimento, na versão social democrata, deverão, além do plano diretor, que trata do desenvolvimento urbano, incluir um plano de desenvolvimento para a área rural do município. A razão fundamental é porque nela está localizada a base do estoque de recursos que disponibiliza simultaneamente espaço físico para o cultivo de plantas, criação de animais, suprimento de água potável, produção de energia, minérios, espaço físico para expansão urbana, industrial, de infraestrutura, atividades de recreação, preservação de recursos naturais e da biodiversidade.

No desenvolvimento municipal, a abundância de recursos naturais é estratégica, e desempenha um papel crítico na competitividade, devendo ser ainda compreendido, que os recursos de terra arável, suprimento de água, minerais e vegetação, disponível na área rural do município são finitos.

Em todos os países, a atividade econômica rural, ocupa a maior parte da superfície do território, em relação a outras formas de uso. Os proprietários rurais detêm o potencial para afetar de forma significativa o ambiente, pelo modo como podem intervir no ecossistema, na busca da exploração econômica dos recursos naturais, disponíveis em sua gleba. São responsáveis, por manejar um ecossistema dinâmico extremamente complexo, sem deter o domínio das consequências deflagradas pela atividade de produção, sobre o ambiente.

Deverá caber ao Poder Público, a iniciativa de induzir os produtores a adotar medidas de manejo, que controlem a degradação do estoque e da qualidade dos bens ambientais. Em particular, o poder público municipal, representa os interesses mais próximos da comunidade, e precisa assumir a sua responsabilidade de implementação, de planos de desenvolvimento do uso sustentável dos recursos ambientais, localizados nas áreas rurais de seu município.

4 - A cooperação entre as municipalidades é uma estratégia fundamental, para a formulação de uma política de desenvolvimento regional, para que não ocorra a minimização da contribuição dos potenciais econômicos e ambientais, das comunidades individuais.

5 - O processo de planejamento do desenvolvimento é complexo, e precisa estar fundamentado em uma base de conhecimento, que deriva de informações precisas e atualizadas. Os principais componentes desta base de informações compreendem dados físicos espaciais, cadastrais, econômicos, demográficos, emprego, indústria, moradia, serviços, comércio, transporte, lazer, entre outros. O conhecimento e registro da topografia, geologia, clima, minérios, solo agrícola, locação de fontes de degradação e poluição, cobertura vegetal, são dados primários exigidos para o planejamento do uso do espaço físico territorial.

Cabe ao Poder Público, através de seus instrumentos institucionais, levantar, estruturar e disponibilizar esta informação, na forma de um Sistema de Informações Econômico Ambientais. Tal sistema é a única base científica confiável, para dar suporte ao processo de tomada de decisão, sobre a escolha de alternativas de desenvolvimento futuro, que sejam economicamente sustentáveis e ambientalmente compatíveis.

A tecnologia de informações atualmente disponível oferece instrumental, que torna um conjunto complexo de informações acessível e analisável. A Capacidade de integração destes níveis de informações possibilita antecipadamente, gerar cenários futuros das consequências de determinadas direções de crescimento. Com isto é possível, indicar “a priori” as direções de crescimento com maior potencial, entre diferentes opções de desenvolvimento, seja urbano ou rural.

6 - O replanejamento da estrutura agrária tem por escopo, a racionalização da produção e do uso do espaço físico territorial na zona rural. Busca manter uma atividade rural economicamente competitiva e sustentável, com precedência sobre a unidade territorial da parcela, porque a estrutura de ocupação espacial tem fortes implicações sobre as funções econômicas, ambientais e sociais do espaço territorial. Esta abordagem deve ser uma orientação apropriada para todas as funções do espaço territorial e, com isto, projetar-se na verdadeira vocação do uso social da terra e da perspectiva de desenvolvimento sustentável da comunidade.

PLANO DE GOVERNO MUNICIPAL

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Sucedem-se eleições e candidatos dotados tão somente de eloquência verbal, muitas vezes por suas condições financeiras, sobem aos palanques com shows pirotécnicos e com um velho discurso que tenta esconder suas verdadeiras intenções.

Tentam, se enganando, enganar um eleitorado que, mais consciente, traduz seu desencanto com apatia ou indiferença.

Lamentavelmente, os políticos, em grande parte, não despertam a motivação necessária para as grandes mudanças. Não conseguem repassar a esperança.

O que a população e os candidatos precisam entender é que a melhoria do País necessariamente começa pela melhoria de nossos municípios.

Os municípios só melhoram com administração consciente. Consciente das limitações e do sonho possível.

Nossas candidaturas têm como princípio serem diferentes. Muita objetividade nos seus discursos e muito cuidado com o que prometem.

Todos os candidatos (a vereador, a vice-prefeito e a prefeito) devem participar da elaboração de propostas. Entendê-las e disseminá-las entre os eleitores. Buscar e acatar sugestões são o fundamento para que o programa esteja associado à realidade.

Cada candidato deverá inserir no programa de campanha a proposta de geração de novos empregos e oportunidades de trabalho no seu município.

Consciente de que outros países formaram sua classe média e superaram suas crises com base nas pequenas e médias empresas, precisamos ter propostas concretas para o desenvolvimento do nosso município.

Nossas propostas terão como embasamento tratar as empresas de todos os setores da atividade produtiva como geradoras de postos de trabalho e renda e, portanto, merecedoras de atenção especial por parte do nosso governo, sem perder de vista um olhar diferenciado para a diversidade cultural que inclui as comunidades quilombola e indígenas, a agricultura familiar, a formação de cooperativas de produção e de trabalho e associações similares, economia solidária, ações nas áreas do turismo, da educação e da cultura, como geradoras de novos postos de trabalho e do desenvolvimento e, por fim, termos e expressarmos a convicção que o melhor e mais produtivo investimento que o poder público faz é investir nas pessoas, o que torna prioridade nossas políticas sociais de saúde, segurança, educação, ação social, meio ambiente, cultura, habitação e transportes.

Trataremos das necessárias adequações que a estrutura administrativa necessitar em razão do plano de desenvolvimento que teremos concluído com o debate proporcionado ao longo da campanha eleitoral.

Vamos ampliar, qualificar e viabilizar o funcionamento de todos os Conselhos Municipais existentes na atual estrutura administrativa municipal e criar novos em áreas demandadas por segmentos sociais importantes, pois os mesmos significam uma moderna participação da sociedade na gestão pública e na garantia de gestão com maior transparência e efetividade.

Adotaremos modernas ferramentas de gestão que nos permitam, permanentemente, planejar, executar, avaliar e corrigir rumos dos nossos planos e projetos a fim de obtermos os melhores resultados das políticas públicas, onde os servidores municipais deverão ter reconhecido e valorizado o seu desempenho através de melhorias em suas carreiras e remuneração, pois por eles passa a indispensável melhoria da qualidade do serviço público prestado à população.

A seguir relacionamos propostas e sugestões para o programa de governo. A intenção é que elas sirvam de roteiro básico para sua estruturação, sempre levando em conta as necessárias adaptações à realidade do nosso município e suas comunidades.

IDÉIAS BÁSICAS PARA UM PROGRAMA DE GOVERNO MUNICIPAL

1- SAÚDE

A saúde é direito de todos e dever do Estado.

O Art. 30 da Constituição Federal compromete o município a prestar assistência à saúde do cidadão, com a ajuda técnica e financeira do Estado e da União. A descentralização, a regionalização e a hierarquização são obrigações da administração pública.

Recomenda-se aos municípios a gestão semiplena do SUS, onde o município gerencia os recursos financeiros também da União e do Estado para as suas necessidades globais na área da saúde. A política de saúde pública deverá enfatizar, na sua organização, execução e controle, a descentralização e, onde se fizer necessário, a participação da comunidade na orientação dos serviços.

A administração pública municipal deve prestar especial atenção à saúde preventiva. Deve também fortalecer o trabalho do Conselho Municipal de Saúde, tornando-o um instrumento transparente e participativo, capaz de aglutinar todas as forças da sociedade de modo a se ter um programa claro e consistente de saúde.

Como prioridade para a área da saúde destacamos:

- Melhorar a saúde no município, assumindo a Gestão Plena da Atenção Básica da saúde, articulando as ações com outros municípios, o Estado e a União, visando atender às necessidades da população.
- Trabalhar para que as pessoas com problemas de saúde tenham atendimento rápido, de qualidade e próximo de onde vivem.
- Ampliar as Unidades Básicas e de Pronto Atendimento em saúde e criar uma unidade de saúde, com atendimento 24 horas, na Vila Santa Isabel, para atender à população.
- Elaborar e executar um Plano Municipal de Saúde, integrado por análise detalhada da situação da saúde no município, com a formulação clara de objetivos, diretrizes e metas.
- Elaborar projetos que viabilizem a captação e a utilização plena de recursos na área da saúde.
- Aumentar o número de equipes do Programa Estratégia de Saúde da Família.
- A contratação de profissionais que atendam às exigências de qualificação profissional de diferentes especialidades demandadas pela área da saúde.
- O desenvolvimento de programas de planejamento familiar e de apoio à maternidade, acompanhando as gestantes no pré-natal, no nascimento da criança e até que complete cinco anos de idade.
- A promoção de ações para combater a desnutrição infantil e incentivar o aleitamento materno.
- O desenvolvimento de programa especial de atenção à saúde do idoso, dos portadores de deficiência e da mulher.
- A execução de ações de orientação e combate às DSTs, ao uso de drogas, ao alcoolismo e a gravidez na adolescência.
- A criação de centros sociais 24 horas, com atendimento odontológico, psicológico e de assistência social.
- A criação de Núcleos de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente.
- A criação de Criar o Centro de Atenção Psicossocial da Infância.
- A criação de farmácia básica no município.
- A Expansão das redes de água e esgoto.
- A melhoria e a ampliação da infraestrutura e das tecnologias que dão suporte às ações de saúde;

- A ampliação e a melhorar as unidades básicas e de pronto atendimento em saúde;
- O estímulo à criação de consórcios municipais de saúde;
- A orientação e o combate às doenças sexualmente transmissíveis e ao uso de drogas e ao alcoolismo;
- A busca de integração com centros de maiores recursos, visando complementar o atendimento do município;
- A integração aos programas de vacinação;
- O desenvolvimento e o intercâmbio com experiências bem sucedidas em outras localidades;
- O planejamento e a execução de programas de planejamento familiar;
- A fiscalização das instalações de abate de animais, com orientação para o correto armazenamento dos detritos;
- O fortalecimento das vigilâncias epidemiológica e sanitárias;
- A atualização dos valores de multas por infração às leis municipais.

2- SEGURANÇA PÚBLICA

A política de segurança do município, dentro do conceito de plena liberdade, estará voltada principalmente para o aspecto preventivo. O que se buscará é uma ação integrada com o Governo do Estado, responsável pelas polícias, civil e militar. Entre os vários pontos que podem ser atacados, destacamos:

- implementação dos Territórios da Paz, com praças de recreação e oferta de atividades desportivas e de lazer, em locais com maiores índices de violência;
- melhoria da infraestrutura urbana, a iluminação pública e instalação de câmeras de vigilância em pontos estratégicos da cidade;
- lutar pela instalação da Delegacia da Mulher e pelo aumento do efetivo da Brigada Militar no município.
- qualificação da Guarda Municipal e aquisição de novos equipamentos.
- promoção de ações de prevenção à violência contra a mulher.
- Desenvolvimento de políticas permanentes de combate ao uso de drogas e viabilizar o Programa de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), da Brigada Militar.
- apoio a criação e ao funcionamento de Conselhos Comunitários.
- Implementação de políticas de acompanhamento de adolescentes infratores.
- Desenvolvimento de parceria com empreendedores em projetos que melhorem a segurança.
- Promoção de ações de combate à violência no trânsito.
- elaboração de projetos de captação de recursos disponíveis para programas da área da segurança no governo estadual e federal de modo a não perder recursos por falta de projetos ou de iniciativa do poder público municipal;
- apoio à criação e funcionamento de Conselhos Comunitários para trato das questões de segurança;
- remodelagem da guarda municipal com cursos de capacitação, melhoria de equipamentos e parceria com o governo do estado visando ampliar e qualificar sua atuação;

- trabalho conjunto com o governo do Estado em barreiras de fiscalização de trânsito e na viabilização do PROERD (projeto de prevenção contra drogas);
- apoio à vistorias permanentes em locais de aglutinação de pessoas;
- apoio à campanha de desarmamento da população com uso de armas exclusivamente por pessoas habilitadas e autorizadas;
- atuação na prevenção de acidentes de trânsito através de ações de educação, sinalização, fiscalização, divulgação de normas de prevenção de incêndios; vistoria de construções;
- trabalho conjunto com Poder Judiciário no desenvolvimento de política voltada à melhoria de condições dos apenados e sua reinserção na sociedade;
- viabilização da melhoria da infraestrutura urbana, da iluminação pública e a instalação de câmeras de vigilância, como parte da política de segurança pública.

3 – EDUCAÇÃO

A política educacional do município será voltada para o desenvolvimento sustentado e o exercício da cidadania. Dessa forma o que se pretende é a formação de cidadãos responsáveis que, com suas atividades conscientes, levarão o município a um processo de desenvolvimento harmônico e equilibrado. A preocupação fundamental da política educacional é a de atender a todos que dela necessitam com foco na busca incessante da melhoria da qualidade da educação pública.

Tal política devesse abranger, entre outros, os seguintes tópicos:

- aumento significativo do número de vagas de educação infantil, pela criação de creches e pré-escolas municipais e em parceria com instituições comunitárias.
- melhoria da qualidade do ensino fundamental, investindo mais na qualificação e na remuneração dos profissionais do ensino e na melhoria da infraestrutura das escolas, das tecnologias educacionais e material de apoio como bibliotecas, computadores, laboratórios, bibliografias e etc.;
- estabelecimento de parcerias com os governos federal e estadual, e com SENAI, SENAC, SENAR E SESCOOP, para viabilizar a oferta de ensino médio e oportunidades de qualificação profissional para jovens e adultos, facilitando seu ingresso no mercado de trabalho;
- viabilização do acesso gratuito à internet em todas as escolas municipais, com acompanhamento e orientação sobre seu uso;
- melhoria da quantidade e qualidade da oferta de alimentação escolar;
- melhoria da oferta dos serviços de transporte escolar;
- adaptação do currículo à realidade municipal (noções de higiene, saneamento básico, segurança, direitos do consumidor, reforço no desenvolvimento de valores socialmente desejáveis, etc.);
- maior integração da escola com a comunidade e suas organizações;
- articulação com os programas estaduais e federais que beneficiam a expansão, a manutenção e especialmente a melhoria da qualidade da educação

- desenvolvimento de programa que incentive e apoie os jovens e adultos que não completaram o ensino básico a retomarem seus estudos;
- expansão e melhoria do transporte escolar;
- integração com as diversas políticas do município (saúde, esportes, cultura, meio ambiente, segurança, etc.);
- democratização das estruturas de gestão escolar com fortalecimento das associações de pais e mestres,
- recuperação das instalações educacionais públicas existentes;
- melhoria na oferta da merenda escolar com cardápio adequado às necessidades nutricionais das crianças, aquisição de alimentos produzidos no município, descentralização das compras e controle ágil e transparente da prestação de contas;
- apoio ao ensino profissional que tenha como meta qualificar pessoas para que desfrutem de melhores oportunidades para sua realização pessoal e profissional e atendam demandas do desenvolvimento municipal;

4- AÇÃO SOCIAL

A política de ação social do município buscará minimizar os problemas existentes e terá, como prioridade, uma visão preventiva dos problemas que normalmente afetam as populações que necessitam da ação social do poder público, focada na melhoria das condições de vida. Sem o caráter paternalista, buscará sempre a recuperação da cidadania plena, fazendo com que as pessoas atendidas se transformem em agentes propulsores do modelo que se quer implementar, tornando-as, preferencialmente, independentes da ação ou assistência social do poder público.

Como prioridade para a área destacamos:

- Integração com programas governamentais afins, especialmente de saúde pública e educação;
- identificação das causas geradoras dos problemas sociais específicos existentes no município;
- acompanhamento, orientação e apoio aos movimentos espontâneos da sociedade, (igrejas, associações de moradores, sindicatos e etc.), valorizando a descentralização de atividades que estejam sendo executadas com bons resultados;
- Identificação da população em situação de vulnerabilidade social para a adoção de programas voltados a atender as necessidades específicas, sempre que possível com o objetivo de integração familiar e/ou reinserção social;
- criação de banco de materiais reutilizáveis para construção e atendimento de emergências;
- criação de programa de combate à prostituição infantil e na adolescência e de combate à drogadição;
- criação e desenvolvimento de projeto de prevenção da gravidez na adolescência e a Dsts.
- apoio a programas de instituições da sociedade civil que busquem a valorização da pessoa humana e geração de empregabilidade e renda;

- adoção de programas que visem apoiar e fortalecer a defesa de minorias em situação de vulnerabilidade ou discriminação;
- trabalho conjunto com a área de segurança pública em projetos de interesse comum;
- incentivo à formação e/ou fortalecimento de associações de moradores e comunitárias;
- estímulo a integração entre as diferentes entidades, oficiais ou não, que tenham como objetivo a assistência social, buscando agilizar trabalhos sociais, com menores custos e melhores resultados;
- criação de cooperativa para os catadores de lixo seco buscando melhorar sua remuneração e condições de trabalho e vida, reconhecendo a importância de seu trabalho para o município;
- criação do programa municipal da moradia digna;
- estudo sobre a viabilização de um programa de renda mínima;
- defesa de idosos e deficientes, estimulando sua contribuição cultural e produtiva na sociedade.

5- HABITAÇÃO

A política habitacional estará inserida nas políticas habitacionais tanto em nível estadual quanto federal. Na ausência ou insuficiência delas, o município implantará uma política adequada à sua realidade, moldada em experiências já implantadas com sucesso em outras localidades.

Os pontos relevantes a serem priorizados pela Administração Pública, serão:

- rediscussão do plano diretor do município, para que o mesmo seja atualizado, dando ênfase às leis de Perímetro Urbano, Zoneamento e Uso do Solo, Parcelamento e Edificações e também ao disciplinamento mínimo do uso do solo e dos recursos naturais da área rural;
- revisão e atualização da titulação das propriedades com a adoção de políticas que favoreçam a regularização dos imóveis, evitem as invasões de áreas e facilitem a adoção das políticas públicas destinadas a viabilizar moradia digna a todos os munícipes;
- construções de baixo custo, utilizando, sempre que possível o processo de mutirão e o reaproveitamento de materiais;
- conjuntos habitacionais, dotados de uma infra estrutura mínima (postos de saúde, escola, posto policial, telefone público, etc.);
- facilidade para a população se deslocar para o trabalho;
- melhoria das condições existentes no que diz respeito a ruas, esgoto, iluminação pública, oferta de água e luz e etc.;
- incentivo a criação de unidades habitacionais que por sua estrutura, materiais de construção, funcionalidade e custos possam servir de modelo adaptado à realidade municipal;
- projeto de urbanização adequado a cada comunidade;
- fiscalização intensiva sobre novos empreendimentos imobiliários criando normas que responsabilize os empreendedores do setor a dotar os

empreendimentos de condições mínimas no que tange a arruamento, áreas de lazer, galerias pluviais, etc.;

- viabilizar a aquisição e manutenção de área destinada a investimentos novos de interesse estratégicos para o desenvolvimento do município.

6- DESENVOLVIMENTO EMPREGO E RENDA

Todo município deve ter uma política de geração de empregos e de industrialização.

Este é um assunto tão importante que merece um capítulo especial neste trabalho com informações, sugestões e orientações sobre o que pode ser feito para gerar mais empregos no município.

Nossas políticas de desenvolvimento terão como prioridade o apoio à base produtiva local, e as empresas existentes no município, mas também a atração de novas empresas, para o que, entre outras ações, necessitamos:

- leis e ações que incentivem o desenvolvimento da indústria, comércio e agropecuária, dando especial atenção à atração e o surgimento de novas indústrias, especialmente as de transformação de matérias-primas disponíveis no município;
- atendimento ágil, centralizado e desburocratizado às empresas de todos os setores da economia junto aos órgãos da administração municipal, incentivando os empreendedores, pequenos, médios e grandes e tratando com a consideração que merecem aqueles que geram emprego e renda;
- cursos para a formação e qualificação profissional para que as pessoas possam se inserir mais facilmente no mundo do trabalho;
- uma cooperativa para os catadores de lixo seco, buscando melhorar sua remuneração e condições de trabalho e vida;
- política que facilite o acesso dos jovens ao primeiro emprego;
- identificar a população em situação de vulnerabilidade social para adotar programas voltados à integração familiar e/ ou reinserção social;
- um programa municipal de moradia digna;
- incentivar o desenvolvimento agropecuário através de apoio e assistência técnica, com atenção especial à agricultura familiar;
- incentivar a produção local de modo a justificar a atração e o surgimento de novas indústrias, especialmente na área agroindustrial;
- um sistema educacional eficiente na formação de cidadãos conscientes para o exercício da cidadania mas também garantidor da formação de pessoas capacitadas para atuarem na produção, gestão e inovação tecnológica necessária ao desenvolvimento;
- um sistema de transportes que funcione, para permitir o escoamento da produção com maior facilidade e com fretes menores;
- uma infraestrutura básica atraente;
- uma política de marketing que divulgue o que produzimos de melhor e o potencial do município;
- um programa de parceria com a comunidade, outros municípios, estado e governo federal, inclusive com possíveis fontes de financiamento;

➤ uma visão de cadeia produtiva, onde seja clara a oferta de insumos e implementos, bem como o escoamento de mercadorias e meios de comercialização;

➤ lei ambiental que determine as diretrizes do desenvolvimento com a inseparável condição da sustentabilidade.

7 - AGROPECUÁRIA

A política agrícola a ser implementada pelo município, dentro da ótica de aproveitamento da vocação natural de sua terra, far-se-á com os seguintes tópicos:

- mapeamento e zoneamento agrícola;
- apoio logístico, buscando a exportação do excedente; incentivo ao cooperativismo;
- apoio a criação de mecanismos facilitadores de acesso à pesquisa;
- criação de centro municipal para a distribuição e comercialização de produtos (mercado municipal, feiras noturnas, etc.);
- incentivo à agricultura familiar, quilombolas e comunidades indígenas;
- apoio aos exportadores, com definição em conjunto com os mesmos sobre as ações a serem desenvolvidas com os recursos públicos destinados à divulgação, infraestrutura, energia, transporte e logística;
- incentivo à piscicultura, fruticultura e outras culturas que exijam menores recursos;
- articulação com o estado para a oferta de escola em tempo integral que contemple, inclusive, os filhos das famílias rurais;
- desenvolvimento de ações de capacitação e qualificação profissional destinadas aos produtores e trabalhadores rurais;
- apoio a programas de distribuição de sementes selecionadas, melhoradas e adaptadas ao cultivo regional;
- melhoria da condição de vida dos agricultores, através de programas que contemplem a facilitação do acesso à luz, água, telefone, posto de saúde, saneamento básico e etc.
- Incentivo à produção de leite, com atenção especial aos criadores de bovinos, ovinos e caprinos;
- estímulo a Formação de microempresas para Beneficiamento dos Produtos agrícolas;
- Articulação para viabilizar a criação de sistema, em rede, de produção agroecológica.
- adoção do conceito do "agrobusiness", atraindo empresas que Forneçam os insumos, beneficiem, comprem e vendam os produtos agropecuários do município, gerando empregos e aumentando a receita municipal.

8- MEIO AMBIENTE

Dentro da concepção de que o homem é o alvo primeiro das políticas ambientais nossa proposta está voltada para a busca de um desenvolvimento sustentável que não se

dê na lógica de sacrificar as fontes de recursos naturais à disposição do município, dando especial atenção aos recursos não renováveis.

Dessa forma destacamos como proposições prioritárias para a área do Meio Ambiente:

- A criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
- Fiscalizar adequadamente os empreendimentos realizados no município no que diz respeito aos impactos ambientais e os respectivos licenciamentos de acordo com a normatização legal;
- em conjunto com a política educacional, reforçar a consciência ecológica que leve a sociedade local a estabelecer e reforçar procedimento adequados à uma boa qualidade da vida;
- criar normas que inibam práticas prejudiciais à flora e a fauna, à poluição das águas, do solo e do ar, cuidando para que os processos produtivos sejam desenvolvidos tendo como princípio a harmonia com a natureza e a preservação dos recursos naturais;
- manter, melhorar e quando possível ampliar os parques, praças e núcleos de preservação ambiental, dotando-os de equipamentos adequados ao uso da população em atividades de cultura e lazer e a preservação ecológica;
- criar uma política de saneamento básico com o objetivo de eliminar o esgoto a céu aberto, mas que também trate da educação comunitária sobre o uso da água, conservação das fontes naturais, localização das fossas e estações de tratamento.
- atrair organizações não governamentais para atuarem em conjunto com o poder público na preservação do meio ambiente;
- melhorar o serviço de limpeza pública, no que diz respeito à coleta, transporte e tratamento do lixo, incluindo o fortalecimento associativo dos catadores de lixo melhorando e ampliando a coleta e reciclagem do lixo seco, criando aterro sanitário e estudando a possibilidade de utilizar o lixo orgânico como fonte energética e produtora de adubo orgânico;
- adotar política especial para recuperar matas ciliares e proteger o sistema hídrico, notadamente mananciais de abastecimento de água;
- promover a adequação do município à legislação que trata de resíduos sólidos;
- ampliar e melhorar a utilização de plantas ornamentais nas vias públicas, parques, praças e jardins e incentivar a população a ampliar seu uso como forma de contribuir para tornar o município mais acolhedor e auxiliar na melhoria da autoestima dos moradores.

9- CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

Nenhum administrador municipal pode abstrair do seu plano de Governo a questão da Cultura, do Esporte e do Turismo, especialmente num município com as potencialidades do nosso. É importante a Administração Pública realizar um diagnóstico da realidade municipal nestes setores, com levantamento das organizações que podem ser parceiras nestas diferentes áreas de interesse, dos equipamentos públicos e privados disponíveis, das experiências já em funcionamento, para que possam ser valorizadas e

apoiadas e dos recursos naturais que compõe o Patrimônio Natural e histórico-cultural do município. Sendo a cultura a manifestação espontânea dos costumes e comportamento da comunidade, pode o município estabelecer um fórum de debates públicos sobre Cultura, que dirá o que o município deve estabelecer como política mínima, para a área, visando:

- estímulo aos artistas locais;
- articulação com as políticas de desenvolvimento, educacional e social do município;
- criação de eventos que institucionalizem a política cultural do município;
- busca da mudança de conceito para que todos entendam que cultura é, também, uma política de desenvolvimento com investimentos potencializadores de retorno quer em nível financeiro, quer na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do município;
- criação, manutenção e expansão de polos de entretenimento para ações de esporte, cultura e lazer, como forma de melhoria de qualidade de vida e paz social;
- estímulo à participação da comunidade nas atividades valorizando as práticas culturais;
- organização de jogos, torneios e campeonatos e apoio a Programas de Esporte e Lazer propostos pela comunidade,
- implantação e conservação de espaços destinados à prática do desporto comunitário, da cultura e do turismo;
- suprir necessidades de equipamentos e materiais necessários ao bom desenvolvimento dos projetos;
- apoio a formação de associações comunitárias que fomentem o desporto comunitário, a cultura e o turismo;
- incentivo a criação de programas de desporto comunitário, cultura e turismo no meio urbano e rural para contribuir no fortalecimento do espírito comunitário;
- o resgate a atividades relacionadas às etnias locais;
- implementação de ações e projetos na área da Cultura, do Desporto Comunitário e do Turismo;
- a criação de atividades culturais nas diversas modalidades, de modo a atender os diferentes aspectos que compõe a diversidade da comunidade local;
- o estímulo a participação e apoio a Programas de Esporte e Lazer propostos pela comunidade;
- implantar e conservar espaços destinados à prática do desporto comunitário e de eventos culturais;
- incentivar a criação de programas de cultura e turismo no meio urbano e rural para contribuir com a geração de ocupações e renda;
- gestionar recursos junto a órgãos governamentais e empresas privadas para implantar programas e projetos;
- elaborar calendário da programação anual das atividades de desporto comunitário, cultural e de turismo promovendo sua ampla divulgação;

10- TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

Na área de transportes e mobilidade urbana o município deve procurar estabelecer uma política integrada com os governos estadual e federal, buscando, como prioridade:

- criar o Plano Municipal de Acessibilidade e Transporte Coletivo, que trate do seu gerenciamento, fiscalização e operação de modo a viabilizar a melhoria da acessibilidade, do transporte e da mobilidade urbana;
- promover a melhoria do transporte coletivo e resolver os problemas de pontos de estrangulamento de tráfego e de locais de maior índice de acidentes, através de obras viárias como anéis de desvio de tráfego, viadutos, pontes e etc.;
- melhorar as condições das ruas e avenidas da cidade através do aumento significativo de pontos de iluminação, calçamento, pavimentação, água e esgoto e obras de melhorias em canteiros praças e parques;
- melhorar as condições das estradas municipais para atender às demandas das comunidades e facilitar o escoamento da produção;
- conservar e construir estradas vicinais;
- executar ações que facilitem e deem segurança ao tráfego de ciclistas;
- firmar parcerias para a instalação de abrigos nas paradas de ônibus;
- criar uma campanha permanente de educação para o trânsito, mobilizando a rede escolar e instituições da sociedade civil;
- conservar e construir estradas vicinais;
- melhorar as condições das estradas municipais;
- regulamentar o serviço de transporte de passageiros (táxis, escolar, etc.);
- promover a melhoria do transporte coletivo através de medidas que possibilitem mais segurança dos veículos , melhoria do itinerário, buscando atender o maior número possível de usuários, pontos e terminais dotados de condições mínimas de proteção aos passageiros;
- tratamento específico para transporte de cargas e seus principais pontos carga, descarga e armazenagem, destinando cuidados especiais para cargas tóxicas e perigosas;
- dar tratamento específico para o tráfego de ciclistas, sempre que a incidência dessa modalidade de transporte for expressiva no local;
- estabelecer parcerias comerciais na instalação de abrigos em pontos de embarque e desembarque de passageiros;
- criar campanha permanente de educação para o trânsito, envolvendo a rede de educação e todas as instituições da sociedade civil e pessoas que aceitem ser parceiras.

11 - FINANÇAS PÚBLICAS

O trato da coisa publica exige total transparência, ética, honestidade e rigorosa observância das normas de austeridade. Isso restabelece a Confiança e a credibilidade na administração pública.

Para tanto se propõe:

- Conhecimento prévio da realidade econômica e, em especial das finanças públicas do município;
- escolha criteriosa na composição do secretariado municipal, especialmente do secretário de Finanças;
- criação do cargo de ouvidor público municipal, a quem caberá, além das funções típicas do cargo, trabalhar para garantir transparência, probidade e eficiência na administração municipal;
- criação do conselho municipal a quem caberá, além da Câmara Municipal, a tarefa de auxiliar a Administração, tanto no aspecto de sugestões, quanto de fiscalizar a correta aplicação dos recursos;
- criação de fundos específicos, com determinação de origem e destino dos recursos, em especial o fundo para a casa própria para a população de baixa renda;
- desburocratização da vida municipal, visando melhor servir ao contribuinte e à população em geral;
- reorganização dos serviços municipais buscando um melhor nível de eficiência, evitando sempre que possível o aumento da máquina administrativa do município;
- melhoria dos serviços públicos, pela racionalização, treinamento, cobrança de resultados, consórcios intermunicipais, etc.;
- efetivar cobrança de impostos atrasados;
- avaliar a atual sistemática de impostos do município, buscando a simplificação e sua socialização;
- controlar rigidamente as contas municipais, evitando qualquer tipo de desperdício;
- buscar investimentos de longo prazo e linhas de crédito a fundo perdido, existentes nos organismos nacionais e internacionais;
- buscar parcerias com o empresariado local;
- atrair investimentos de empresas que queiram se localizar na área do município;
- criar eventos que tragam receitas adicionais para o município (festas, feiras, eventos culturais, etc.) ;
- incentivar o desenvolvimento econômico do município através de programas de apoio à modernização, expansão e qualificação de suas empresas, visando o aumento dos investimentos empresariais e um incremento dos postos de trabalho;
- estudar um melhor aproveitamento para os imóveis (prédios, terrenos) da prefeitura, procurando retorno financeiro do investimento realizado;
- criar a comissão municipal dos valores imobiliários;
- desenvolver política de educação tributária (palestras com demonstração da execução orçamentária em escolas, clubes de serviço, associações, etc., mostrando a importância do pagamento de impostos e sua destinação para a melhoria da qualidade de vida da população;
- fomentar a vigilância comunitária sobre a execução do orçamento;
- estabelecer mecanismos que tornem o uso dos recursos públicos e o desenvolvimento das ações executadas pelo poder público municipal transparentes e de fácil compreensão pelos cidadãos que desejarem ter

informações, possibilitando o acesso, inclusive por meio eletrônico, a relatórios de prestação de contas, conforme previsto na legislação, especialmente nas leis que tratam da Responsabilidade Fiscal e da Transparência.

12- PLANO DIRETOR

A dificuldade maior esta em ter a noção exata do alcance de um plano diretor e para que o mesmo serve. Uma noção bastante simples diz que é a forma concreta com que o município mostra como quer determinar o seu crescimento ao longo do tempo incluindo sua área urbana e rural. Dessa forma, o plano diretor tem que partir da história do crescimento do município, sua situação atual e o que pretende daqui para frente, num horizonte de pelo menos 10 anos.

Levando em conta as variáveis econômicas e sociais do município, além da realidade nacional e mundial, a equipe de planejamento do município, devidamente assessorada, junto com o respectivo Conselho Municipal, traça um plano que deverá ser aprovado pela Câmara Municipal para que se transforme em lei.

Um plano diretor bem elaborado levará o município a ter:

- melhores condições e garantias legais para atrair investimentos, tanto públicos quanto privados;
- menores gastos com desapropriações, já que evitará a instalação de imóveis em zonas que previamente já estarão destinadas a arruamento, parques, etc.;
- menores gastos com reestruturação do sistema viário da cidade;
- perfeito delineamento de zonas residenciais, industriais e mistas, o que permitirá a expansão urbana e a implantação de negócios, observando a necessária preservação ambiental e evitando conflitos futuros;
- melhor convivência entre veículos e pedestres, favorecendo a segurança na circulação e a instalação de ciclovias na cidade;
- segurança na programação de obras públicas, notadamente as de infraestrutura básica;
- maior ordenamento do espaço urbano, favorecendo melhor aspecto na paisagem da sede municipal;
- sistema de informações cadastrais favorável a receita pública.

13- CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS

A ideia dos consórcios intermunicipais está calcada na filosofia do associativismo, que é uma das grandes saídas para o fortalecimento dos municípios, com o alcance do máximo de produtividade e qualidade em suas ações. Os consórcios permitirão aos municípios reduzir seus custos, se atualizar, ter mais representatividade e estabelecer políticas não conflitantes, entre outras vantagens.

Resultados que poderão advir dos consórcios:

- atração de empresas;

- compras conjuntas que aumentam o poder de barganha dos municípios, reduzem custos de transporte, melhoram as condições de pagamento, reduzem preços, têm garantia de fornecimento, acesso a novas marcas, etc.);
- aquisição de equipamento de utilização comunitária que ao permitirem o uso pela população de outros municípios, aumentando a eficiência das políticas públicas, melhorando a vida da população. (um exemplo é a aquisição de equipamento hospitalar avançado quando a simples informação aos municípios vizinhos, que poderão utilizá-lo sem grandes custos, auxilia a população dos mesmos e melhora a efetividade das políticas públicas);
- constituição de consórcios intermunicipais do SUS, conforme Art. 10 da Lei nº 8080/89 (Lei Orgânica da Saúde);
- montagem de centrais de serviços;
- estratégias conjuntas de marketing institucional, atividades culturais e produtivas;
- negociação conjunta de créditos;
- treinamento coletivo de técnicos nos setores público e privado;
- transporte público (estudo de itinerários conjuntos e de terminais rodoviários);
- captação de água, preservação ambiental e tratamento de lixo e parceria com outros municípios.

OBS. Este trabalho foi elaborado tendo como fonte de pesquisa o site da FAMURS, a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – FEE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Sites oficiais do Governo Federal e Estadual e como apoio, bibliografia sobre desenvolvimento, planejamento e planos de governo, publicada pelo Instituto Teotônio Vilela do PSDB nacional, especialmente o Livro “Curso de Formação Política Para Candidatos”, os cadernos da Coleção Ideias e Debates: “Desenvolvimento Segundo o Modelo Ideológico da Social-Democracia”, “Sistema Político e Governabilidade Democrática” “Políticas Econômicas e Políticas de Desenvolvimento” e os cadernos da Coleção Responsabilidade Social: “Poder Local Gestão Municipal” e “Planejamento em Municípios de Médio e Pequeno Porte”.

Nele já estão agregadas propostas surgidas no debate interno do PSDB, encaminhadas pela juventude do PSDB viamonense, pelo Partido Verde e sugeridas em debates realizados em reuniões preliminares feitas com empresários, arquitetos e engenheiros e pessoas com atuação na área da saúde e no setor imobiliário do Município, além de ter obtido a concordância das representação de todos os partidos da coligação “MUDANÇA DE VERDADE”; para que o mesmo sirva de referencial para os debates durante a campanha eleitoral.

Responsável: Martin Saraiva Barboza